



Baktalaia de Lis Andrade Leal

AUTORIA e LEITURA

uma revisão dos lugares
de produção e interpretação



Universidade do Estado da Bahia – UNEB

José Bites de Carvalho
Reitor

Marcelo Duarte Dantas de Ávila
Vice-Reitor



Editora da Universidade do Estado da Bahia – EDUNEB

Diretora
Sandra Regina Soares

Conselho Editorial

Titulares	Suplentes
Alan da Silva Sampaio	Eduardo José Santos Borges
Darcy Ribeiro de Castro	Maristela Casé Costa Cunha
Elizeu Clementino de Souza	Isaura Santana Fontes
Gabriela Sousa Rêgo Pimentel	Agripino Souza Coelho Neto
Jane Adriana Vasconcelos P. Rios	Marilde Queiroz Guedes
Luiz Carlos dos Santos	Nilson Roberto da Silva Gimenes
Maria das Graças de Andrade Leal	Márcia Cristina Lacerda Ribeiro
Obdália Santana Ferraz Silva	Monalisa dos Reis Aguiar Pereira
Reginaldo Conceição Cerqueira	Marcos Antonio Vanderlei
Rosemary Lapa de Oliveira	Marcos Aurélio dos Santos Souza
Rudval Souza da Silva	Mônica Beltrame
Simone Leal Souza Coité	Célia Tanajura Machado
Hugo Saba Pereira Cardoso	Marluce Alves dos Santos
Valquíria Claudete Machado Borba	Marcos Bispo dos Santos

Baktalaia de Lis Andrade Leal

AUTORIA e LEITURA

**uma revisão dos lugares
de produção e interpretação**

Salvador
EDUNEB
2020

© 2020 Autora

Direitos para esta edição cedidos à Editora da Universidade do Estado da Bahia.
Proibida a reprodução total ou parcial por qualquer meio de impressão, em forma idêntica,
resumida ou modificada, em Língua Portuguesa ou qualquer outro idioma.
Depósito Legal na Biblioteca Nacional.
Impresso no Brasil em 2020.

Coordenação Editorial

Fernanda de Jesus Cerqueira

Coordenação de Design

Sidney Silva

Revisão textual e Normalização

Gabriel Provinzano | Tikinet

Diagramação e Capa

Henrique Rehem Eça

Revisão textual de prova

Cristina da Silva Cunha

Revisão de diagramação de prova

Rodrigo Caiobi Yamashita

Imagem da capa

freeimages.com

FICHA CATALOGráfICA

Bibliotecária: Fernanda de Jesus Cerqueira – CRB 162-5

Leal, Baktalaia de Lis Andrade

Autoria e leitura: uma revisão dos lugares de produção e interpretação/ Baktalaia de Lis Andrade Leal. – Salvador: EDUNEB, 2020.

122 p.: il.

ISBN 978-65-88211-01-4

1. Análise do discurso. 2. Linguagem - Interpretação. 3. Leitura. I. Título.

CDD: 410

Editora da Universidade do Estado da Bahia – EDUNEB
Rua Silveira Martins, 2555 – Cabula
41150-000 – Salvador – BA
editora@listas.uneb.br
www.uneb.br



*Todo texto é uma máquina preguiçosa
pedindo ao leitor que faça uma parte do seu trabalho.*

Umberto Eco (1994, p. 9)

INTRODUÇÃO

A interação humana comporta diversas naturezas de códigos, convenções de linguagem e processos de interação que fazem com que a vida se torne mais facilmente realizável pelas virtudes que advêm desta coletividade; pode-se até dizer sem receio que a sociedade só existe pela linguagem e comunicação.

Dentro desse universo comunicativo, há muitas possibilidades de estudo, mas o mundo dos sentidos é o mais inexplorado e talvez o mais resvaladio de todos. Este trabalho pretende estudar a interpretação, seus agentes e suas formas de percorrer os caminhos do sentido, até que se chegue a pensar no binômio leitor-texto. Então, lança-se um olhar sobre como o leitor se relaciona com o texto sempre em busca de uma significação mais econômica ou mais pessoal.

Apresento aos leitores uma revisão bibliográfica que abrange autores do campo das teorias de autor, texto, leitor e seus conflitos. A seção inicial aborda o insistente dilema sobre a figura do autor nos últimos três séculos e como esse papel foi construído, passando a ter decisiva importância no fazer da interpretação na modernidade.

Na seção seguinte, nosso olhar será conduzido a alguns pensadores e teóricos importantes nesses campos de discussão: Mikhail Bakhtin, Roland Barthes, Michel Foucault e Umberto Eco. Muitos outros pesquisadores e filósofos relevantes se ocuparam dos conteúdos aqui tratados, mas o recorte feito no quadro investigativo

apresentado neste texto parece suficiente quanto ao que se pode es- tudar sobre os teores em questão.

Em busca de um fio de entendimento sobre o papel do leitor e das formas de interpretação existentes até meados do século XX, a terceira seção se abre com um breve percurso pela história da leitura, além de apresentar temas circundantes da filosofia da leitura, da in- terpretação e do interpretante.¹

Há ainda um panorama histórico do leitor e da leitura e uma objetiva abordagem sobre as razões modernas que teorizam o leitor como participante do processo de interpretação.

A seção final apresenta uma breve análise sobre a relevância dos gêneros textuais e como esses modelos de texto interferem no processo de interpretação. Ler implica, inicialmente, reconhecimento econômico do gênero de texto usado pelo autor como um “contra- to enunciativo” – entre o autor (inscrito no texto) e o leitor.

Alguns assuntos intimamente conectados ao tema central não poderiam ser esquecidos: trata-se da *intencionalidade* e da *superin- terpretação*. Ao apresentarem-se esses fenômenos, cabe traduzir seus conceitos e exprimir como esses acontecimentos enunciativos podem ser, e frequentemente são, causas de múltiplos caminhos da ação leitora e da inesgotável batalha dos modos de sentido permitidos ou proibidos, obrigados ou compelidos... talvez também silenciados.

Finalmente, enxergar a leitura como uma atitude responsiva, dialógica e relativamente livre (libertária) é um dos objetivos deste trabalho de revisão seletiva. Desta forma, procurei apresentar as con- siderações mais convincentes (ao menos para alguns) a fim de rela- cionar como elementos centrais, no campo da autonomia da leitura, *o leitor e o texto*. Ambos constituem um dueto de onde nascem os confrontos das intenções, lugar do possível útero das novas autorias.

¹ O termo *interpretante* (consagradamente associado ao teórico da semiótica Charles S. Peirce) será usado em muitas partes deste texto como equivalente de *leitor*. O mesmo ocorre ao termo *intérprete*.

AUTORIA e LEITURA

O uso de estratégias de leitura é, de fato, múltiplo e abundante. É importante observar não apenas a tática (teoria) de leitura, mas o *lugar* ontológico onde essa leitura ocorre, lugar natural onde todas as leituras ocorrem desde sempre: a interação entre texto e leitor.

É preciso corroborar uma proposição feita por Fish e parafraseada por Compagnon, sobre o momento da leitura: “[...] a literatura, não mais como objeto, fosse ele virtual, mas como ‘o que acontece quando lemos.’” (FISH, 1980 apud COMPAGNON, 2010, p. 157). A afirmação está em concordância com Sartre, que diz:

O objeto literário é um estranho pião que só existe em movimento. Para fazê-lo surgir é preciso um ato concreto que se chama leitura e ele só dura enquanto essa leitura puder durar. (SARTRE, 1948 apud COMPAGNON, 2010, p. 146).

Pode-se afirmar então que a leitura é o estabelecimento de significações através de um processo de interação, ou, para ser mais apurado, um processo dialógico de significar. Mas, para chegar a conclusões tão complexas, é preciso caminhar por uma vereda bastante sinuosa, tanto quanto histórica, que nos levará com mais segurança a essas afirmações e a essa prática que creio ser a mais consistente.

A HIPERTROFIA DO AUTOR

Sempre foi necessário atribuir autores às coisas, aos textos, aos fatos e até aos crimes. E a autoria é o único alvo de uma busca incessante de explicações: as intenções que levam alguém ao ato da criação e realização também são foco das preocupações quando se pretende entender as manifestações humanas. Essa busca justifica-se pelo próprio racionalismo (seja de que vertente for), pois é impensável que um texto não tenha um criador, ou que esse criador não expresse intenções a partir do seu texto.

O pensador francês Michel Foucault publicou um importante livro, chamado *O que é o autor?*, em 1969. O título reflete um problema enigmático que perdura por séculos. Quando se pode garantir que um texto escrito é produto de uma autoria? Esse fenômeno misterioso e filosoficamente relevante – o limite entre a cópia e a originalidade, o espaço entre o plágio e o novo – incomoda por não ser tão facilmente resolvido.. Além disso, circundam esta questão o sujeito, o ser escritor e as várias máscaras que este assume quando decide escrever.

Com o passar do tempo, o modelo interpretativo, que durante séculos permaneceu alocado na figura do autor, deslocou-se lentamente até outras instâncias discursivas envolvidas no ato da leitura: o texto, a história, a linguagem, o leitor e a ideologia.

Exporemos e analisaremos alguns importantes tratados sobre essas noções, por vezes conflitantes, por vezes complementares.

Há muitas correntes que abordam a complexidade da escrita em relação à figura de seu autor. A mais rudimentar concebe que quem escreve um texto é autor dele em qualquer dimensão. Aceitando esse princípio como verdadeiro, cabe ao escritor de uma obra deter a válida chave interpretativa do texto, ou seja, o escritor é a própria exegese do seu escrito. Surgindo, ocasionalmente, quaisquer interpretações dúbias sobre o texto, uma entrevista ou um comentário do autor são sumariamente aceitos de forma imponente como chave exegética para dirimir as ambiguidades possíveis, visto que, ao escritor é dado o poder de explicar o *seu* texto. Lopes relata que esse pensamento parte da Antiguidade:

Os antigos resolveram expeditamente o problema de saber a quem atribuir o privilégio da interpretação. Considerando que o discurso é objeto daquele que o produz, atribuíram-no invariavelmente ao destinador da mensagem. Eles enunciavam assim, o axioma do terceiro postulado a que fizemos referência, o da inteligibilidade do sentido, segundo o qual se reconheceria no “autor” do discurso a única “autoridade” (o autor é o titular da autoridade) para dizer o que é que o seu discurso significa. (LOPES, 1978, p. 4).

Como se vê, o dono da significação verdadeira que um texto pode adquirir é secularmente o autor (escritor).

A respeito do texto literário, tal necessidade de buscar as intenções de quem escreveu é fruto de uma forma de aliciamento da mentalidade do homem moderno. O homem medieval ou as civilizações com história e literatura orais não careciam da figura do autor para compreender a existência e a importância de uma narrativa que era transmitida de pai para filho pelo método dos relatos narrativos verbais. Embora haja, na tradição teológica milenar, formatos exegéticos e chaves interpretativas, na era moderna exigiu-se a validação da interpretação para os escritos em geral, o que aumentou dentro

da literatura dos últimos tempos a importância do autor sacralizado: “[...] para ‘encontrar’ o autor na obra, a crítica moderna utiliza esquemas bastante próximos da exegese cristã, quando ela queria provar o valor de um texto pela santidade do autor.” (FOUCAULT, 2000, p. 17).

De forma semelhante a Foucault, Barthes (2004a, p. 58) também entende que a origem dessa configuração do autor ocorreu no mesmo período: “O *autor* é uma personagem moderna, produzida sem dúvida pela nossa sociedade”. Além de indicar um limiar temporal a partir do qual surgiu a hegemonia da figura do autor, Barthes aponta também as tendências de pensamentos que adotavam o personalismo e a individualidade (propondo a centralização do sujeito como ator de sua vida e obra), fatores que influenciaram os caminhos da literatura e toda forma de compreensão textual.

Os mais tradicionais livros didáticos de literatura têm, como maior propósito, trazer os traços da vida dos autores pertencentes às histórias de literaturas nacionais e da literatura universal, enquanto a escritura literária propriamente dita é – na maior parte das vezes – *coisa* secundária. Ainda assim, em tais livros os processos analíticos dos poemas ou trechos narrativos são construídos considerando-se (como se fosse possível garantir) o que o autor objetivou dizer quando escreveu.

Zilberman (2012, p. 94) denomina esse fenômeno de “hipertrofia do autor”. Em sua retrospectiva sobre esse processo, a escritora descreve que, em meio aos avanços tecnológicos no âmbito editorial, surgiram novos ofícios, que no período medieval inexistiam, dentre deles impressores, livreiros, revisores, capistas, censores. Mas nenhum deles ganhou maior notoriedade do que o autor, e esse novo rosto desencadeou a dependência que dele o leitor tem em qualquer ato de leitura. Tal modelo tornou-se fortíssimo na composição do imaginário comum, ao passo que os homens modernos e contemporâneos compreendem que todas as produções necessitam de uma

fonte explicativa (até mesmo os poemas) e que as interpretações da escrita só têm valor pelo consentimento fantasmagórico do escritor e autor (visto que, para esta geração, ambos são a mesma pessoa).

Os motivos que tentam explicar o surgimento do individualismo do autor são múltiplos e, de certa forma, cooperam com esta herança. Coutinho (1958, p. 421-422) assinala que esta configuração é advinda de uma mobilização dentro da própria crítica literária. Desta forma, o autor é resultado de uma tentativa de promover um novo formato de crítica que acabou por provocar efeitos inesperados e nocivos, como se um novo *vírus* houvesse surgido dentro da própria experiência em busca por uma vacina:

[...] o romantismo introduziu, ou melhor, supervalorizou o ego, o eu, o indivíduo, a intimidade da alma do indivíduo na literatura. [...] difundiu-se no fim do século XVII e durante o século XVIII, essa dimensão da explicação literária, que é a alma do autor. [...] Se o espírito do autor era importante para explicar a Literatura, mais do que o espírito, ao lado do espírito, além do espírito, também se deveria considerar toda a vida do autor. O homem, por assim dizer, passou ao primeiro plano da consideração literária: o homem autor. [...] se bem que nós hoje possamos incriminar a essa forma de crítica um defeito ou uma deformação da intenção original. [...] em vez de se atingir a explicação literária através do homem, através do autor, o que se deu foi a inversão da fórmula. Usando-se para a compreensão do autor, a sua obra. [...] Em vez da obra, o que passou a interessar foi o autor. (COUTINHO, 1958, p. 421-422).

As tentativas de crítica psicológica ou biográfica culminaram numa deformação que reservou à obra o segundo plano, e o escritor (igualado ao autor) tornou-se o verdadeiro foco do estudo crítico.

AUTORIA e LEITURA

Perante o senso comum e escolar, discordar desse ponto de vista é quase impossível, mesmo quando o objeto é um texto literário. A demanda centenária pela “intenção do autor” permeou a consciência de todas as esferas periféricas à literatura: a crítica literária, a escola, a mentalidade de escritores, o senso comum e outros espaços discursivos. Como descreve Barthes (2004a, p. 58),

[...] o *autor* ainda reina nos manuais de história literária, nas biografias de escritores, nas entrevistas das revistas e na própria consciência dos literatos, preocupados em juntar, graças a seu diário íntimo, a sua pessoa e a sua obra.

Com essa concepção, o escritor de um texto estará teórica e eternamente vinculado às razões dos significados do texto; todas as possibilidades de interpretação que divergirem da voz autoral serão rechaçadas, como se a linguagem fosse inevitavelmente transparente. Para alcançar ou decifrar uma obra, é o bastante e possível para o leitor apenas dar a volta e colocar-se no texto pelos olhos do autor. O diálogo abaixo, extraído de um romance de Laurence Sterne e transcrito para o livro de Lodge, demonstra o quanto essa ideia é dominante:

- Como a senhora pôde ser tão desatenta ao ler o último capítulo, madame? Nele eu já dissera que *minha mãe não era papista*.
- Papista! Perdoe-me, mas o senhor não afirmou nada disso.
- Madame, com sua licença, repito mais uma vez que o afirmei de modo claro, ao menos tão claro quanto as palavras, por inferência direta, são capazes de comunicar.
- Senhor, neste caso eu devo haver pulado uma página.

- Não, madame, a senhora não pulou sequer uma página.
- Então, eu cochilei, senhor.
- Madame, meu orgulho não lhe faculta esse refúgio.
- Pois bem, declaro então, que nada sei a respeito. (STERNE, 1767 apud LODGE, 2011, p. 89).

No regime do autor (considerado o válido interpretante), o leitor deve, por sorte ou por força, alcançar o ponto de vista previsto pelo autor – ou pelo que seria sua intenção. Não encontrando um dos dois caminhos, o leitor é obrigado a se calar. Na narrativa em questão, o escritor está presente no ato da leitura de seu livro e não reconhece a interpretação que a aluna dá ao seu texto: de que a mãe do autor era papista. A leitora não percebe uma informação que o escritor afirma estar clara; no entanto, o próprio escritor aponta que essa informação é possível por inferência (por dedução). Assim, quem lê deveria deduzir pela dedução do autor. Como a linguagem, longe de ser transparente, é opaca e às vezes passível de muitas interpretações, o leitor se cala por ter chegado a outras deduções não aceitáveis pelo escritor.

Porém, mesmo havendo incontáveis manifestações (pelo lado das novas teorias e da crítica, da literatura e dos estudos do discurso) contra a noção ortodoxa que mistura o escritor e o autor, este estatuto resiste bravamente. Henriques (2011, p. 76-77) comenta sobre esse posicionamento teórico: “E nisso repousa uma visão extremamente arrogante (que só não chamaremos de *autoritária* porque poderia parecer um trocadilho).” A compreensão de que o autor é maior que a literatura é um pensamento muito presente e que se pode notar pela sua proporção no seguinte recorte onde Farias critica e descreve como era a ação de compreender um texto para muitos leitores antigamente:

AUTORIA e LEITURA

No século XIX, a leitura de convívio em voz alta era uma prática cultural comum na burguesia urbana e, conforme sugerem Chartier e Hébrard (1995), [...] Por meio da leitura em voz alta (a leitura expressiva), o leitor pode penetrar o recôndito, (mais íntimo) do autor e apreciar-lhes as ideias. (FARIAS, 2009, p. 52-53).

Os ambientes escolares modernos também descendem de uma proposta interpretativa na qual o escritor detém o valor de verdade da interpretação do seu texto, e as salas de aula são, muitas vezes, uma reprise deste fundamento.

Mais modernamente, passa-se a aceitar a compreensão de que escritor e autor não podem ser confundidos como se fossem o mesmo *ser*, pois isso implica muitos equívocos, em especial quando se trata de intenção:”Enquanto a crítica caminhou no privilégio do conteúdo, que se associava ao homem e a sua biografia, só conseguiu confundir autor e homem.” (HENRIQUES, 2011, p. 77).

Ora, as intenções que partem de uma pessoa ao escrever um romance podem ser bem diferentes das intenções que partem do lugar literário que essa pessoa ocupou ao escrever tal romance. Essa é, atualmente, a posição habitual dos principais expoentes dos estudos literários e das humanidades. Em outros termos, um escritor pode escrever um livro com intenções várias: ganhar dinheiro, alcançar a fama, perpetuar tradições familiares, divulgar ideologias, conseguir proteção; mas o autor, embora conviva dentro da pessoa do escritor (realisticamente falando), tem intenções vinculadas à obra e às manifestações das consciências dentro dela.

Escritor e autor apontam para dois conjuntos de variações: o primeiro vincula-se aos elementos históricos, biográficos e do exterior da obra, ou seja, ligado ao escritor real e sua existência, enquanto o segundo se associa ao autor como figura enunciativa, seu texto,

suas significações discursivas, e tudo que está ligado à materialidade inscrita no elemento textual em questão.

Ao escritor pertencem os direitos autorais de uma obra e aos seus familiares ou herdeiros o privilégio de gozar dessas vantagens quando de sua morte. A ele cabe o dever de responder juridicamente caso tenha operado um plágio. O escritor é um indivíduo comum com nome próprio e existência real no mundo físico. Ele tem uma história localizada em lugares e momentos definidos. O autor, por seu turno, como ente enunciativo, é a manifestação do escritor no ato de escrever.

No clássico livro *Ilusões perdidas* (1837), de Balzac, é possível encontrar (materializado na intenção da personagem) um exemplo pertinente de intenções específicas de um tipo de escritor. Balzac cria a figura fictícia de Lucien Chardon, poeta que se aventura em busca do sucesso literário a fim de conquistar boa posição social e riquezas: “David fez Lucien vislumbrar os novos caminhos pelos quais devia se aventurar na literatura *para conquistar nome e fortuna.*” (BALZAC, 2011, p. 48, grifo nosso). Eis o poeta em busca da consagração literária e do dinheiro, intenções pertinentes ao homem. Os propósitos de quem escreve (enquanto ser real: o escritor) podem ser, e geralmente são, diferentes das intenções do autor. Essa razão pode ser a mais autêntica evidência para separar rigorosamente esses dois papéis concebidos dentro de um único ser humano. Escritores, com intenções insidiosas (de afortunar-se, por exemplo), podem escrever e publicar livros em defesa de um posicionamento altruísta, de abnegação e *franciscanismo*.

Embora o exemplo do livro de Balzac aponte para a diferença entre intenção com o livro (ganhar dinheiro) e intenção no livro (significar uma mensagem), percebe-se que é possível ter múltiplas intenções com um mesmo escrito.

Jorge Luis Borges é outro cristalizado literato que usa a escritura para mostrar a distinção entre autor e escritor. Em seu conto

AUTORIA e LEITURA

“Borges e eu”, ele vive um conflito entre duas emanções que partem de si, um Borges real, ser biográfico, e outro Borges existente na sua literatura:

[...] o outro compartilha essas preferências, mas de um modo vaidoso que as transforma em atributos de um ator. Seria exagerado afirmar que nossa relação é hostil; eu vivo, eu me deixo viver, para que Borges possa tramar sua literatura, e essa literatura me justifica. (BORGES, 2008, p. 54).

No momento em que o escritor fala sobre o autor, os papéis são trocados ficcionalmente e o outro é um ator que se multiplica pelos espaços da linguagem e cria a literatura. Chartier (2012, p. 30-31) explica essa aventura do escritor argentino:

Eu singular por uma identidade construída do autor: Borges, o outro, o nome próprio. [...] Esse distanciamento, Borges lhe acentua, lhe amplifica pela diferença que ele destaca haver entre os gostos de um e de outro, do Eu e do Borges, do indivíduo particular e do autor construído.

As amostras das relutâncias contra a igualdade que se diz entre o escritor e o autor poderiam ser multiplicadas, mas, como outras paráfrases (com o mesmo posicionamento) estarão presentes posteriormente neste livro, parece suficiente o que até agora foi apresentado. *Escritor e autor* são seres essencialmente distintos e, embora possam ser identificados por outros nomes e por outras abordagens teóricas, o importante é que os conceitos estejam firmes não apenas nos teoremas propostos, mas sobretudo nas práticas escolares contemporâneas.

Avançar na clareza dessa divisão de lugares já constitui passo essencial para começar os fundamentos modernos da interpretação.

Pensar que *escritor* e *autor* são entes distintos no processo de criação textual não advém apenas de uma fonte teórica; muitas perspectivas registram, por meio de nomenclaturas diversas, o fundamento bipartido desse artifício. A seguir, serão apresentadas as compreensões de vários pensadores sobre *autor* e *autoria*, que servirão para ampliar o universo teórico desses temas.